

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 171

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Cezar Silvestri</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
20 DE NOVEMBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.  
Aprovada.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Em votação a Ata.

**Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 051/2001

Curitiba, 09 de novembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar área de sua propriedade, medindo 700,00 m2 (setecentos metros quadrados), constituída pelo lote urbano nº 09, da quadra 156, da Planta Oficial da sede do município de Cidade Gaúcha, constante da matrícula nº 15.963, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha, pela área de 860,00 m2 (oitocentos e sessenta metros quadrados), constituída pelos lotes urbanos nºs 02 e 06-A, da quadra 206, da Planta Oficial da sede do referido Município, objeto da matrícula nº 16.544, do mesmo Cartório de Registro de Imóveis.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que a objetivada permuta irá ensejar condições no sentido de que o Estado do Paraná integre em seu patrimônio imóvel que melhor atenda aos objetivos centrais da medida, que são para proporcionar residência aos Juízes da Comarca.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar área de sua propriedade, medindo 700,00 m2 (setecentos metros quadrados), constituída pelo lote urbano nº 09, da quadra 156, da Planta Oficial da sede do município de Cidade Gaúcha, constante da matrícula nº 15.963, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha, pela área de 860,00 m2 (oitocentos e sessenta metros quadrados), constituídas pelos lotes urbanos nºs 02 e 06-A, da quadra 206, da Planta Oficial da sede do referido município, objeto da matrícula nº 16.544, do mesmo Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 2º - O imóvel que o Estado receber na permuta de que trata esta lei será destinado à moradia de juízes da Comarca de Cidade Gaúcha.

Art. 3º - A permuta de que trata esta lei será precedida de avaliação e demais procedimentos legais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob nº 457/2001/GP, do desembargador Vicente Troiano Netto, presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, sob o protocolo nº 12.341, de 20 do mês em curso, encaminhando alterações do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná (Projeto). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº 1307/2001 do senhor Rafael Iatauro, presidente do egrégio Tribunal de Contas do Estado, encaminhando protocolos nºs 137.022/2001-TC e 73.707/2001-TC referentes, respectivamente, às contas do Governo do Estado, e dessa Corte de Contas, do exercício financeiro de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 3943

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada por (05) cinco Sessões do item 15 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Projeto de Lei nº 002/2001, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 003/2001, que institui o Sistema de Assistência a Saúde aos Servidores Públicos ativos, inativos e pensionistas, da Administração Pública do Estado do Paraná, bem como aos policiais militares da ativa e da reserva remunerada e reformados e seus dependentes.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 3906

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Dejalma Cardoso Borges, ocorrido no dia 17 de novembro do corrente, na cidade de Francisco Beltrão/PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada, à Rua Santo Antonio, 266, Bairro Cristo Rei, CEP 85602-000.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Ocorreu na data do dia 17 de novembro, o falecimento do senhor Dejalma Cardoso Borges. Era pessoa bastante relacionada na região de Francisco Beltrão. Veio abrir uma enorme lacuna no seio da família, bem como a seu vasto círculo de amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho. Sua lembrança permanecerá viva em nossos corações e seus exemplos continuarão a nortear nossa vida. Continuaremos pedindo a Deus que conforte os corações de sua esposa e filho.

### REQUERIMENTO Nº 3907

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Hércules Maronezzi, ocorrido no dia 20 de novembro do corrente, na cidade de Francisco Beltrão/PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada, na Avenida Júlio Assis Cavalheiro, 987, CEP 85601-000.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O senhor Hércules Maronezzi, morador tradicionalista da cidade de Francisco Beltrão/PR, sempre atuou na área de restaurantes na cidade. No dia de hoje, o destino privou seus familiares e amigos do seu convívio. Entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrir de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua coragem, lealdade e prudência nunca destemidas, são outras tantas qualidades que procuraremos cultivá-las como homenagem.

Que Deus os conforte.

### REQUERIMENTO Nº 3913

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Gilmar Nunes dos Santos, aos 38 anos de idade, ocorrido no dia 06.10.2001, no município de Matinhos-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao senhor Gabriel Nunes dos Santos, através de expediente a ser encaminhado à Av. Minas Gerais, nº 204 - Coroados - CEP 83.290-061 - Guarapuava-PR.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) RICARDO CHAB

**REQUERIMENTO Nº 3918**

Senhor Presidente:

Usando de suas prerrogativas regimentais, o deputado que firma o presente instrumento, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata da Sessão do dia de hoje, desta Casa Legislativa, os votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Lincoln Leduc, no último dia 17 de novembro, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Jornalista respeitado e conceituado nos meios de comunicação do Oeste do Paraná, a sua morte, em consequência de acidente automobilístico, aos 49 anos, tomou de surpresa a comunidade regional, a qual rendeu-lhe merecidas homenagens.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à senhora Gladis Leduc e seus familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Santa Catarina 970 - Marechal Cândido Rondon - Paraná - CEP 85960-000.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) ELIO RUSCH

**REQUERIMENTO 3922**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Lincoln Leduc, que ocorreu no último dia 17 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência à viúva senhora Gladis Leduc e aos filhos Leandro Leduc, Lizandra Leduc e Silvia Lara Leduc, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Castelo Branco, s/nº esquina com a rua Mato Grosso, CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon- PR.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) ADEMIR BIER

**REQUERIMENTO Nº 3938**

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Maringá, João Paulino Vieira Filho, ocorrido nesta manhã.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

**REQUERIMENTO Nº 3939**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado aos familiares de Marino Braun, votos de pesar pelo seu falecimento ocorrido hoje (dia 20) na cidade de Foz do Iguaçu.

Sua passagem entristece a todos aqueles que tiveram o privilégio de conviver com ele durante sua honrada existência.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, transmitir aos familiares enlutados o pesar de toda sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

**Projeto de Decreto Legislativo:****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Nº 008/2001

Art. 1º - Ficam sustadas, com base no inciso XXVI do artigo 54, da Constituição Estadual as Resoluções de nºs 2617 e 2618, de 01 de novembro de 2001, da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(aa) ALGACI TÚLIO, AUGUSTINHO ZUCCHI, LUCIANA RAFAGNIN, CAÍTO QUINTANA, CEZAR SILVESTRI, ELI GHELLERE, ÂNGELO VANHONI, ANTONIO ANIBELLI, RENATO GAÚCHO, TONY GARCIA, MARCOS ISFER, SERAFINA CARRILHO, WALDYR PUGLIESI, JOSÉ MARIA FERREIRA, RICARDO CHAB, NEREU MOURA e PASTOR EDSON PRACZYK.

**JUSTIFICATIVA:**

Através da Resolução nº 2617, de 01.11.2001, a Secretaria de Estado da Educação, instituiu no ensino Médio regular noturno, em todas as séries, projetos interdisciplinares a serem desenvolvidos de forma não preferencial, visando complementar a carga horária. Com a Resolução 2618, do mesmo dia, a secretária Alcyone Saliba pura e simplesmente substituiu a oferta de Ensino fundamental Regular Noturno por Supletivo (Educação de Jovens e Adultos).

Este é mais um ataque contra a escola pública, que a Assembléia Legislativa através deste decreto legislativo pretende sustar, com base no inciso XXVI, do art. 54, da Constituição Estadual que dispõe que:

“Art. 54 - compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXVI - sustar os atos normativos do Poder Executivo e do Poder Judiciário, que exorbitem do poder regular ou dos limites de delegação legislativa”.

O Governo do Estado, com essas resoluções, visa economizar na alocação de professores, funcionários e material de trabalho.

A Resolução nº 2617, que trata do ensino Médio procura direcionar pela deliberação da não implantação dos Projetos Interdisciplinares na sua escola como disciplina. O parágrafo 3º do artigo 1º, desta resolução, estabelece que as escolas que comprovarem que toda a sua clientela é capaz de cumprir integralmente a carga horária presencial, poderão requisitar à SEED, a não implantação dos Projetos Interdisciplinares. Sendo que a LDB não exige comprovação alguma de que os alunos do noturno são capazes de cumprir a carga horária presencial. Ao contrário, a lei incentiva a universalização do ensino fundamental.

A escola, através de variadas estratégias de ações educativas é que vai garantir que os alunos tenham toda a carga horária definida em seu projeto pedagógico, em sua grade curricular.

O Governo do Estado, através deste ato, incentiva os alunos a abandonarem os cursos regulares, não porque o governo esteja preocupado com a boa formação deles, mas porque quer economizar recursos e descomprometer-se da obrigação de prever ensino de qualidade a todos.

Claro que entre um aluno levar quatro anos para concluir a etapa de 5ª a 8ª séries e concluir essa mesma etapa em um ano, o Poder Executivo prefere diminuir as despesas, numa revoltante lógica neoliberal que a secretária Saliba nos impõe de forma sistemática.

Já a Resolução nº 2618, de 01.11.2001, trata da substituição do Ensino Fundamental Noturno pelo Supletivo.

Isto posto, por entendermos que as resoluções exorbitaram o poder regulamentador, retirando, senhores parlamentares, o direito constitucional de legislar sobre tão importante assunto, por entendermos que as Resoluções de nºs 2617 e 2618 da Secretaria de Estado da Educação contrariam a Lei nº 9394/96 - LDB, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição, que pretende que o Poder Legislativo, através dos legítimos representantes do povo, participe de decisões de assuntos importantes que poderão trazer enormes prejuízos à sociedade paranaense.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 610/2001

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - As propriedades particulares que estão localizadas dentro da Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Estação Ecológica (EsCs) e Parques Estaduais e Nacionais, receberão uma remuneração a título compensatório para a preservação ambiental.

Art. 2º - Os recursos destinados às propriedades particulares, serão oriundos das empresas automobilísticas, petrolíferas, e outras com grande potencial poluidor, como medida compensatória pela emissão de CO na atmosfera.

Art. 3º - As prefeituras deverão criar uma agência de Desenvolvimento Ambiental para proceder o cadastramento imobiliário e monitoramento dos índices de qualidade das águas, flora e fauna que comporão os critérios para composição dos percentuais relativos a cada propriedade.

Art. 4º - A agência citada no artigo anterior, repassará os dados à entidade estadual responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos e meio ambiente, para composição dos percentuais a cada propriedade.

Art. 5º - Os critérios técnicos de alocação dos recursos serão elaborados pela entidade estadual responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos e meio ambiente, através de Decreto do Poder Executivo, em até sessenta dias após a vigência da presente lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(a) LUIZ ACCORSI

### JUSTIFICATIVA:

Com a criação da Área de Proteção Ambiental (APA), da área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Estações Ecológicas (EsCs) e Parques Estaduais e Nacionais, as comunidades residentes nesses locais e no seu entorno passaram a ser consideradas intrusas, tornando muito difícil sua subsistência, pois o extrativismo passou a ser considerado atividade agressora ao meio ambiente.

Normalmente essas comunidades apresentam alto índice de analfabetismo, e como consequência, elevado grau de pobreza, devido à baixa renda proveniente da agricultura de subsistência e do extrativismo.

O projeto de lei proposto visa contemplar estas famílias que, através da remuneração recebida, poderão melhorar a qualidade de vida, diminuindo a dificuldade financeira que atravessa.

Com estas medidas, o homem passará a proteger a natureza, porque nela estará integrado e remunerado para tal fim.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüentemente aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 611/2001

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Pioneiro - com sede e foro no município de Imbaú.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Conjunto Pioneiro do município de Imbaú, tem por objetivo desenvolver ações que venham atender às necessidades da comunidade, dentro de um conceito familiar.

Presta ainda outros relevantes serviços a entidade ora em questão, devendo portando o projeto de lei, ser aprovado por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 621/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Cambé, área de terra situada na sede daquele município, à Avenida Inglaterra, esquina com a Avenida Canadá, medindo 800,00m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados), registrado sob nº 971, às fls. 140, do Livro de Registro de Imóveis 3/A, da Comarca de Cambé.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado para o funcionamento da Câmara Municipal de Cambé, não podendo der destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar uma área de terra de sua propriedade situada no município de Cambé, para que a Câmara Municipal, que já funciona no local, possa realizar melhorias nas suas instalações, que trarão uma maior comodidade funcional aos senhores parlamentares e ao público em geral.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 613/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Casa - Centro de Apoio Social ao Adolescente, com sede e foro no município de Apucarana-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 05 de novembro de 1996, o Casa - Centro de Apoio Social ao Adolescente, tem sua sede na Rua Antônio Ostrenski, 100, em Apucarana, neste Estado do Paraná.

Esta entidade é mantida através de convênios, doações, promoções e venda de trabalhos artesanais, confeccionados pelos próprios alunos, não tendo qualquer cunho lucrativo, ou seja, com objetivos sociais exclusivos.

Seus objetivos gerais são os de estimular as potencialidades humanas das crianças e dos adolescentes, visando superar as medidas meramente técnicas, assistenciais ou paternalistas através da reciclagem do papel.

O Casa foi declarado de Utilidade Pública Municipal, através da Lei nº 034/2001, de 29 de junho de 2.001, pretendendo agora a Lei Estadual, para que possa buscar recursos em outros níveis.

Junta-se ao presente projeto de lei, toda a documentação exigida para a sua aprovação.

Desta forma, pedimos o apoio dos demais parlamentares para a sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Irineu Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente Elio Rusch, senhores membros da Mesa, senhora e senhores deputados.

É sabido que esta Assembléia Legislativa passa por inúmeras mudanças, depois da posse do presidente Nelson Justus e agora seguido pelo presidente Hermas Brandão.

Nós enfrentamos uma realidade em que tínhamos um estilo de administrar, que não é mais compatível com o jeito que impõe a legislação brasileira, entre elas, agora, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

São desafios que estão a cargo do presidente Hermas Brandão e também auxiliado pelo secretário, deputado Valdir Rossoni, que nós acompanhamos *pari passu*, somos informados dos problemas que ocorrem nessa Assembléia.

Entre eles, o problema que envolve o pagamento do INSS, que por vários motivos de ordem política e administrativa, não era tido o zelo por essas questões aqui na Casa, que hoje, não só por imperativo da lei, mas com vontade clara do presidente Hermas Brandão, de colocar a Assembléia, primeiro no ajuste da Lei de Responsabilidade Fiscal e segundo, de prestar contas aos Órgãos de Administração Federal, com relação aos nossos funcionários da Casa, ao Ministério Público e assim por diante.

A solicitação de vários funcionários da Casa, querendo discutir um Plano de Cargos, Carreiras e Salários, uma proposta diferenciada para que eles pudessem discutir uma saída para a sua colocação efetiva no Quadro de Funcionários, fez com que colhêssemos algumas sugestões de como encaminhar isso.

Não é tarefa fácil! Não é tarefa simples, na medida em que temos que mudar o jeito de administrar a Casa.

Também não significa que uma discussão de Plano de Cargos, Carreiras e Salários, signifique aumento de salário, o que significa é o enquadramento novo.

Então, nós, com o intuito de colaborar com a Mesa, apresentamos uma sugestão, obviamente cheia de falhas, que queremos que tenha como princípio, primeiro, que os funcionários da Casa sejam ouvidos para uma possível implementação de um Plano de Carreira e Cargos de Salários.

Nós queremos que tenha uma Comissão que faça esse enquadramento. Não podemos ter na Assembléia Legislativa, um enquadramento automático, até porque, temos que acertar vários passos desse enquadramento. Queremos, acima de tudo, valorizar aqueles bons funcionários que têm contribuído para o funcionamento da Casa, e assim por diante.

Portanto, temos uma sugestão: queremos essa sugestão que recebe apoio de inúmeros deputados, recolhida pela deputada Luciana Rafagnin, já que eu me encontrava fora do Parlamento.

É uma sugestão muito singela, mas é um passo para uma discussão na Assembléia Legislativa.

Convém salientar aos senhores deputados, como já falei: um Plano de Carreiras, Cargos e Salários, não significa aumento de salário.

Também significa que temos que nos enquadrar à Lei de Responsabilidade Fiscal. Não podemos fugir à legislação, e o enquadramento nem sempre é automático, como acontece em todo lugar. Agora, o que nós queremos também, que aqueles funcionários da Casa sejam dignificados pelo trabalho, pelo empenho, pelo esmero na medida em que as suas carreiras sejam reconhecidas e sejam efetivadas na Casa, tenham uma seguridade do seu futuro: como é que serão os seus aumentos? Como é que serão incorporados os quinquênios, se houver? Como é que será feito tudo isso? Quer dizer, nós temos que ter uma lógica.

Nós não estamos apresentando um projeto acabado, o que estamos apresentando são princípios e entre os princípios estão dois que considero importantes: que os funcionários participem da discussão; e que o enquadramento seja feito através de uma comissão para acompanhar esse enquadramento. Porque, se nós tivermos funcionários eficientes, bons trabalhadores, têm que ser enquadrados de imediato. Se tivermos funcionários que não estejam condizentes à altura do trabalho que a Assembléia Legislativa mereça, não poderem ser enquadrados e terá uma comissão que fará essa avaliação.

Então, nós queremos respeito aos bons funcionários desta Casa, mas também queremos justiça na medida que os bons sejam reconhecidos e os maus funcionários sejam avaliados para o seu enquadramento.

Quero, senhor presidente, entregar a V. Exa., portanto, a sugestão, com a assinatura de vários deputados, como princípio e não como regra final, como projeto acabado.

Obrigado senhor presidente, era isso e é uma sugestão que, inclusive, conta com já a leitura de vários funcionários desta Casa que clamam por um Plano de Cargo, Carreira e Salários.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Segundo orador inscrito, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente e senhores deputados.

Era nossa intenção ocuparmos hoje a tribuna para fazer um relatório minucioso sobre a questão da aplicação do FUNDEF. No entanto, o Grande Expediente de hoje está ocupado pelo colega, deputado Ribas Carli, que solicitou ao presidente. Então não será possível fazer uma leitura com mais detalhes, mas encaminho à Mesa para que dê como lido esse discurso que nada mais é do que um trabalho sobre a questão do FUNDEF.

Quero adiantar aos senhores deputados que o Governo do Estado do Paraná não tem conta específica para administrar o FUNDEF. Quer dizer, recebe dinheiro na ordem de quinhentos e poucos milhões de reais em um ano, do Governo Federal, para aplicar para as APAE's, para o Ensino Fundamental e mistura todo o dinheiro em uma conta única, no caixa único do Governo e depois faz de conta que aplica e, na verdade, não aplica na sua fundação específica e fundamental que tem esse Fundo Nacional, que é o FUNDEF.

Pois bem, senhores deputados, não quero cansá-los, mas devo adiantar a V. Exa. que estou encaminhando ao Ministério Público Federal, e também ao Tribunal de Contas da União, para que possa agir, porque esse assunto é por demais grave e, sinceramente, até vergonhoso para um homem público ter que constatar esses fatos do Governo eleito pelo povo do Paraná. Então, encaminho à Mesa, para não cansar os nobres colegas, que dê como lido e repassarei cópia desse trabalho à imprensa que aqui está presente.

Também, senhor presidente e senhores deputados, gostaria de abordar em um Grande expediente um outro trabalho, que é a questão dos Fundos.

(**Lê**):

“Módulo 1: “Anomalias operacionais dos fundos especiais”

Senhor presidente, senhores deputados.

Retorno a esta tribuna, para, como já explanei anteriormente, iniciar o detalhamento da realidade sobre as Contas do Governo do Estado.

Falaremos hoje sobre o módulo 1, que compreende a análise das anomalias operacionais dos fundos especiais.

Não abordaremos nesta análise o FUNDEF, que dado a gravidade dos seus desdobramentos, será objeto de apresentação individualizada.

Através das análises realizadas na prestação de contas referentes ao exercício de 2000, temos a considerar:

1 - Existem fortes indícios de desvio de recursos públicos destinados aos fundos especiais. Somente o FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano - recebeu repasse no valor de 350 milhões e 800 mil reais no período de 1997 a 1999. O Governo do Estado simplesmente, durante todo esse período, omitiu as prestações de contas referentes aos recursos empregados, e que deveriam ter sido remetidas ao Tribunal de Contas. Ressaltamos que a prestação de contas anual é obrigação exigida pela lei e não vem sendo cumprida pelo próprio governador.

2 - Quarenta e um milhões e duzentos mil reais foram arrecadados somente no exercício de 2000 em multas, através da extinta Secretaria Especial de Proteção e Defesa do Consumidor. Os recursos oriundos destas multas seriam destinados ao FEID - Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos. Apesar de grandes valores, o Governo não prestou contas da referida utilização desde 1999.

3 - O Governo, contrariando a legislação vigente, não vem repassando, através da Secretaria da Fazenda, a totalidade dos recursos que pelas fontes vinculadas estão ingressando no caixa do Tesouro. Referente ao exercício de 2000, somente em cinco fundos especiais, o Governo arrecadou 334 milhões e 300 mil reais repassando apenas 25 milhões e 700 mil reais, o que representa apenas 7,69%.

4 - Foram omitidas pelo Governo do Estado do Paraná, apenas para 7 fundos especiais, 19 prestações de contas no período de 1998 a 2000. Esse fato, além de descumprir a lei 8435/96, demonstra a falta de transparência com que são tratados os recursos públicos nesse desgoverno.

5 - No decurso do exercício de 2000, o Estado do Paraná apresentou em sua estrutura orçamentária num total de vinte e seis fundos especiais, destes um total de 8 não prestaram contas há pelo menos dois exercícios ao Tribunal de Contas. Por outro lado, nos últimos três anos, sete fundos não receberam qualquer destinação orçamentária.

6 - Este Governo adotou a criação de fundos especiais, nas mais diversas secretarias, para concentrar recursos para realização de programas ou projetos prioritários. Todavia nada disso vem acontecendo. Então eu pergunto: No que se concentra o real interesse do Governo na criação de tais fundos, gerindo recursos públicos sem prestar contas?

Por aí, senhor presidente, senhores deputados, podemos refletir sobre a dimensão da responsabilidade

que pesa sobre nossos ombros quanto a fiscalização efetiva por parte da Assembléia enquanto no exercício do mandato parlamentar.

Vejam o que dizem os técnicos da Inspeção Geral de Controle do Tribunal de Contas, no relatório às folhas 47 a 50:

“Os fundos Especiais, instituídos pelo Governo Estadual para atender prioritariamente determinados projetos ou atividades, realizados nas diversas áreas administrativas do Estado, vem demonstrando através dos resultados expressos nos seus balanços que não estão atingindo seus objetivos, principalmente no que tange à realização das metas previstas nos seus orçamentos.

Cumpra observar que no decurso do exercício de 2000, o Estado do Paraná apresentou em sua estrutura orçamentária um total de 26 (vinte e seis) fundos especiais.

Destes, um total de 08 (oito) fundos a seguir discriminados, não apresentam prestação de contas há pelo menos dois exercícios para fins de análise pelo Tribunal de Contas, não atendendo o disposto na Lei nº 8.435/96.

**Tabela 21 Fundos Especiais**  
**Ausência de Prestação de Contas - 1998 a 2000**

FUNDOS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS	EXERCÍCIO		
	1998	1999	2000
FRHI-Fundo Estadual de Recursos Hídricos	NÃO	NÃO	NÃO
Fundo Rotativo - SESP	NÃO	NÃO	NÃO
FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano	NÃO	NÃO	SIM (1)
Fundo de Terras	NÃO	NÃO	NÃO
FEID - Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos	SIM	NÃO	NÃO
FUNPRED - Fundo Estadual de Prevenção ao Abuso de Drogas	NÃO	NÃO	NÃO
Banco da Família - Fundo Estadual de Investimentos em Crédito Produto Popular	NÃO	NÃO	NÃO

Merece destaque, a situação do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FEID que geriu no exercício de 2000 recursos no montante de R\$41,2 milhões, arrecadados por intermédio da extinta Secretaria Especial de Proteção e Defesa do Consumidor que previa em suas atividades que o recolhimento de multas seria destinado ao FEID.

Conforme dados auferidos nas prestações de contas dos últimos três anos, o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU recebeu repasses de valores durante os exercícios de 1997 - R\$95 milhões, 1998 - R\$146,8 milhões e 1999 R\$108,9 milhões, num total de R\$350,8 milhões, ausente qualquer prestação de contas junto a este Tribunal.

Por outro lado, observa-se que nos últimos três anos não receberam qualquer destinação orçamentária o Fundo de Terras, o Fundo de Investimentos em Créditos



Produto Popular - Banco da Família, o Fundo Rotativo/SESP, o Fundo Paranaense para Água e Esgoto, o Fundo Estadual de Prevenção ao Abuso de Drogas e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

Dessume-se que o controle das informações oriundas dos fundos especiais, tanto de natureza física quanto contábil, é importante instrumento da avaliação dos resultados.

Diante do quadro apresentado e relativamente ao FDU e FEID, impossibilitada qualquer avaliação quanto à consecução dos seus objetivos específicos.

Outro aspecto detectado na análise realizada por esta Inspeção foi que os recursos pertinentes às fontes vinculadas a esses Fundos, ingressam no Caixa do Tesouro Estadual, porém não são totalmente repassados pela Secretaria de Estado da Fazenda, conforme disposto nas Leis que os instituíram, como afere-se a seguir.

A tabela a seguir apresenta os Fundos Especiais que possuem fonte vinculada de recursos e o descompasso entre a Receita Arrecadada e a Repassada ao Fundo.

FUNDOS	ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIA	FONTE VINCULADA DE RECURSOS	RECEITA PREVISTA NA FONTE (1)	RECEITA ARRECADADA NA FONTE (2)	RECEITA REPASSADA AO FUNDO (3)	% (2)/(1)	% (3)/(2)
FUNSAUDE	2241	24	380.307.950,00	332.864.840,64	3.914.104,54	87,53	1,18
FUNREFISCO	2078	28	27.149.337,00	0,00	6.478.932,05	0,00	0,00
FUNRESPOL	2125	29	2.383.974,00	0,00	2.555.113,06	0,00	0,00
FUMPM	2126	39	10.701.540,00	0,00	12.749.524,28	0,00	0,00
FEAP	2236	27	3.004.000,00	1.416.182,55	0,00	47,14	0,00
TOTAL			423.546.801,00	334.281.023,19	25.697.673,93	78,92	7,69

**Fonte: Relatório orçamentário- COP, relatório do SIA308 - Adm. Direta e Indireta**

O demonstrado evidencia, que o desenvolvimento das atividades desses Fundos foram afetados sob três aspectos: no Orçamentário, quando provoca desequilíbrio entre Receita Arrecadada e Despesa Realizada tendo como consequência o descumprimento das metas físicas consignadas no orçamento; o Financeiro, nos casos onde se empenham as despesas sob as expectativas dos Recursos Arrecadados e que efetivamente não foram Transferidos, onerando o Passivo Financeiro; e o legal, infringindo o estabelecimento na lei que normatiza a constituição e operacionalização dos mesmos.

## 9.2 - A tendência dessa modalidade de gestão de recursos

Os Fundos Especiais visam concentrar esforços e recursos para a realização de programas ou metas consideradas relevantes e/ou prioritárias. Para isso, devem ser estabelecidos critérios que possibilitem executá-las com eficiência e economicidade, onde os resultados alcançados reflitam objetivos propostos.

Nota-se através da Estrutura Administrativa do Estado e das Leis Orçamentárias relativas aos exercícios de 1996/97 e pelos números de Fundos criados, que o Governo Estadual vem adotando essa forma de Gestão nas principais atividades desenvolvidas pelas áreas de Saúde, Educação, Segurança, Justiça, Agricultura, Meio Ambiente e Ministério Público.

Diante dessa iniciativa, e considerando as anomalias detectadas nesta análise, deve o Estado rever os critérios estabelecidos na legislação desses Fundos adequando-os a uma realidade condizente à capacidade

que o Governo tem de mobilizar recursos financeiros, ou repassar a totalidade dos recursos efetivamente arrecadados, para que esses realizem satisfatoriamente as ações que lhes foram atribuídas.

Quanto à inatividade e a ineficiência em sua operacionalização, verificadas nos últimos exercícios pelos especiais relacionados nesta análise, submetida a desnecessidade da existência dos mesmos, razão pela qual sugere-se sua extinção.

Diante destas graves irregularidades, senhor presidente requeiro ao Governo do Estado que encaminhe diretamente a esta Casa a prestação de contas dos oito fundos que ainda não foram apresentados ao Tribunal de Contas, no período de 1998 a 2000, bem como do Paranaidade, referente a 2000, em razão de que a prestação de contas do FDU/2000 está em processo de análise junto ao Tribunal de Contas, para que possamos aprofundar a nossa análise quanto aos fortes indícios de desvios.

Senhor presidente, senhores deputados.

O módulo a ser apresentado hoje, conforme já anunciado, refere-se ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF.

E novamente, senhores, o que temos a dizer não nos enobrece, ao contrário, nos envergonha.

Sobre a nobreza do objetivo desse fundo, nos comprometemos a falar ao final.

Por hora, senhores deputados, temos que proteger nossas narinas e mexer na gestão podre do nobre FUNDEF, patrocinada pelo senhor Jaime Lerner, conforme prestação de contas de 2000.

Não senhores, sem antes analtecer a coragem da equipe técnica do Tribunal de Contas, que apesar da estrutura protetiva que o senhor Jaime Lerner instalou para protegê-lo do povo, um governo de 2 “F” e um “V” alusão até elogiosa de frouxo, fraco e vacilante.

Apesar de todas essas estruturas de camuflagem e pressão, tentam, de alguma forma, furar o bloqueio e trazer aos legítimos representantes do povo, com tanta clareza, a que nível a corrupção se instalou no Governo do Paraná.

Os indícios irrefutáveis serão pelos senhores constatados através da análise, apesar de sintética dos levantamentos realizados pelos técnicos do Tribunal de Contas, bravamente resumidos em 9 (nove) circunstâncias referentes ao ano de 2000.

Uma abordagem como pontos relevantes nos aspectos gerais e jurídicos, além das abordagens da Inspeção Geral do Controle do TC, referente às contas do Governo de 1999, no item 7 aspectos técnicos-contábeis e no item 6, aspectos legais e jurídicos.

A clareza dos relatos merecem de nossa parte apenas uma sintetização no sentido de homogeneizar o entendimento e um público de conhecimento multidisciplinar como nesta Casa de Leis.

Para exemplificar, citamos pela linguagem técnica da inspeção do Tribunal de Contas, as anomalias são apresentadas através de 9 circunstâncias de letra “A a I”, quando em nossa linguagem são 9 (nove) fortes indícios de desvios e má versação dos recursos públicos por parte do Governo Estadual.

<b>Analista</b>	<b>Circunstância (A)</b>
Tribunal de Contas	prejuízo à qualidade das análises, quer pelo retardamento da entrega das informações solicitadas, quer pela eventual incongruência entre essas informações, ora fornecidas pela Secretaria da Educação, ora pela Secretaria da Fazenda.
Deputado Neivo Beraldin	* Retardamento para fornecer a órgão fiscalizador que é a Inspeção do Tribunal de Contas. * Fornecimento de informações desconstruídas por duas secretarias de governo sobre o mesmo assunto denota intenção inequívoca em esconder a verdade, prejudicando e até comprometendo o resultado do trabalho, formando um cenário eivado de fortes indícios de corrupção;
<b>Analista</b>	<b>Circunstância (A) continuação</b>
Tribunal de Contas	Apesar das reiteradas admoestações deste Tribunal desde o exercício de 1998, persistiu no quadrimestre analisado a inexistência de conta corrente única e específica para a movimentação do FUNDEF, tendo como destino o caixa único do Tesouro Estadual, contrariando ao disposto no artigo 3º da Lei nº 9.424/96. E também o disposto no parágrafo 5º do artigo 69 da Lei nº 9.394/96 (LDB). Esta situação trouxe ainda prejuízos para a integral análise da composição e utilização dos recursos do FUNDEF, pois não foi possível verificar a real existência dos valores indicados nos demonstrativos, bem como não se teve como verificar os valores oferecidos à aplicação financeira, a modalidade e os prazos de aplicação, e nem se aferir os consequentes resultados financeiros.
Deputado Neivo Beraldin	Apesar das reiteradas admoestações o descumprimento das leis pelo Governo do Estado vem ocorrendo desde 1998. Só nos resta oferecer denúncia ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União.
<b>Analista</b>	<b>Circunstância (B)</b>
Tribunal de Contas	Após cientificados por parte desta Inspeção da inexistência de receitas de aplicações financeiras relativas a aplicações dos recursos do FUNDEF, fato que contraria o disposto no parágrafo 6º do artigo 30 da Lei nº 9.424/96, o Executivo deu início à sua escrituração. Dificilmente se pode aferir os resultados destas aplicações financeiras, dada a exígua demonstração através de quadros, gráficos ou memórias de cálculo, como também foram apresentados parcamente extratos bancários, os montantes, os períodos de aplicações e as modalidades de operações para esta aplicação.
Deputado Neivo Beraldin	A ciência ao Executivo foi dada pela Inspeção do TC em 2000, onde foi parar a receita financeira gerada em 1998? Não cabe fazer outra consideração a não ser oferecer denúncia aos órgãos já citados.
<b>Analista</b>	<b>Circunstância (C)</b>

Tribunal de Contas	Repetiu-se no quadrimestre analisado a ausência de repasses de recursos do FUNDEF às APAE's e outras instituições especializadas no ensino especial, cuja dúvida gerou consulta desta Inspeção ao Plenário respondida nos termos da Resolução 6044/2000-TC, exarada em 04.07.2000.
Deputado Neivo Beraldin	Cabe aqui requisitar a resolução 6044/2000-TC, exarada em 04.07.2000, para uma análise sem censura desta Casa.
<b>Analista</b>	<b>Circunstância (D/E)</b>
Tribunal de Contas	<p>Não foi possível determinar a certeza no cumprimento dos prazos dos repasses ao FUNDEF em função do já relatado no item "a", bem como pela ausência da comprovação das datas e do montante das receitas recebidas através dos respectivos extratos bancários, contrariando o disposto no item II do artigo 40 do provimento 01/99-TC, fato cuja eventualidade fere o disposto no artigo 3º da Lei nº 9.424/96, como também demonstra ausência de preocupação com a transparência nestes procedimentos.</p> <p>Não foram verificados quaisquer esforços no sentido de se recompor os valores dos saldos financeiros relativos ao exercício de 1999 e conseqüente apresentação da respectiva documentação comprobatória, cuja irregularidade foi alvo de relato desta Inspeção por ocasião da apresentação do relatório pertinente ao terceiro quadrimestre de 1999 e ainda, de solicitação de providências durante o exercício de 2000.</p>
<b>Analista</b>	<b>Circunstância (D/E) - continuação</b>
Tribunal de Contas	<p>Entretanto constatamos a existência da escrituração do valor de R\$5,5 milhões como receita de recursos do FUNDEF, cuja referência é feita nos demonstrativos como sendo apropriação de receita de 1999, e nas atas do CONFEMA indicada como resultado de aplicações financeiras de recursos do FUNDEF no exercício de 1999, sem que tenha sido feita qualquer demonstração dos cálculos de que foi resultado ou apresenta qualquer documentação comprobatória de sua natureza.</p> <p>A ausência de providências no sentido de esclarecer e proceder aos ajustes financeiros e contábeis necessários novamente demonstra a carência de transparência com que têm sido tratados os recursos relativos ao FUNDEF.</p>
Deputado Neivo Beraldin	Novamente configura-se o cenário cuja prudência recomenda ação investigatória pelos fortíssimos indícios.
<b>Analista</b>	<b>Circunstância (F)</b>
Tribunal e Contas	Em detrimento de reiteradas solicitações desta Inspeção ao longo dos exercícios de 1999 e 2000, foram apresentados relatórios com respectiva documentação comprobatória não condizentes com o determinado através do Provimento 01/99-TC.
Deputado Neivo Beraldin	Apresentação de documentos comprobatórios não condizentes com o que determina o provimento do Tribunal de Contas, o que significa omissão de informação ao órgão fiscalizador. Está claro que com isso o Governo visa comprometer o resultado da fiscalização, demonstrando não querer transparecer a realidade das operações, demonstrando mais uma vez indícios de graves irregularidades com o trato da coisa pública.
<b>Analista</b>	<b>Circunstância (G)</b>
Tribunal de Contas	Foram utilizados recursos do FUNDEF para pagamento de pessoal do Serviço Social Autônomo Paranaeducação, situação que econtra-se sob análise deste Tribunal por consulta protocolada sob nº 194448/2000-10, ora da Procuradoria Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas - PE desde 27.07.2000. Saliente-se ainda que as contas do Serviços Social Autônomo Paranaeducação relativas ao exercício de 2000 não puderam ser alvo de análise por esta Inspeção em virtude da ausência dos necessários procedimentos contábeis, e portanto, estas despesas com pessoal não encontram confirmação de sua regular aplicação por parte desta Inspeção

Deputado Neivo Beraldin	Requeremos neste momento a consulta da Inspetoria protocolo nº 194448/2000-10, ora da Procuradoria Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas desde 27.07.2000.
<b>Analista</b>	<b>Circunstância (H)</b>
Tribunal de Contas	Relativamente às despesas com amortização da dívida no montante de R\$14,3 milhões, referem-se a amortização de empréstimos junto ao Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e relativos ao Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná - PQE. Constatamos que o procedimento para a determinação do montante de recursos do FUNDEF para compor a referida amortização não encontra respaldo na legislação aplicável em face do método de cálculo utilizado. Este cálculo se baseou em índice percentual definido através da relação entre o número de professores do ensino fundamental e o total dos professores da rede pública de ensino, que foi aplicado sobre o total das despesas facultáveis aos recursos do FUNDEF que compuseram o total dessas amortizações, desconsiderando-se assim a constatação da necessária efetiva aplicação dessas despesas no ensino fundamental para a utilização dos recursos do FUNDEF.
<b>Analista</b>	<b>Circunstância (H) - continuação</b>
Tribunal de Contas	Este fato denota apenas a preocupação do Executivo com a demonstração da utilização da totalidade dos recursos do FUNDEF no exercício 2000, independente da efetiva utilização em prol do ensino fundamental.
Deputado Neivo Beraldin	Senhor presidente, senhores deputados. Quando uma equipe técnica se utiliza de terminologias como: “Este fato denota apenas a preocupação do Executivo com a demonstração da utilização da totalidade dos recursos do FUNDEF no exercício 2000, independente da efetiva utilização em prol do ensino fundamental”. É prova inequívoca de nem os filtros conseguem neutralizar a gama de irregularidades no objeto sob análise, havendo até um desabafo. Isso, por si só, justifica uma investigação minuciosa, de um Poder com o mínimo de Independência, para esclarecer todos os indícios de fortes irregularidades e desvios.
<b>Analista</b>	<b>Circunstância (I)</b>
Tribunal de Contas	Apesar de haverem aparentemente sido aplicados recursos do FUNDEF em montante e percentuais acima do exigido, é imprescindível frisar que para tanto foram utilizados recursos do exercício de 1999 que não haviam sido executados no devido momento. Estes recursos utilizados extemporaneamente montam o valor de R\$25,1 milhões.
Deputado Neivo Beraldin	A reutilização de recursos extemporâneos no montante de R\$25,1 milhões em 2000, que deveria ter sido aplicado em 1999, demonstra a verdadeira desorganização ou de forma propositada a quebra de controle de forma generalizada o que favorece sobremaneira, a possibilidade de atos irregulares, desvios e outras anomalias do Governo.

Senhor presidente, senhores deputados.

É assim que este desgoverno Jaime Lerner trata a educação no Paraná.

Em um programa da magnitude e importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, lamentavelmente verificamos esta barbárie, num momento em que os professores estão clamando pelo reconhecimento e dignidade para bem desenvolver a mais bela das missões que é educar.

Senhores deputados, não precisamos nem falar que povo educado é sinônimo de povo desenvolvido.

Isso sem falarmos dos reflexos de exclusão social que estes desvios têm provocado.

Estou neste momento encaminhando denúncia ao Ministério Público Federal e Tribunal de Contas da União.

Outra alternativa também não nos resta a não ser instalação de uma CPI para promover a regularidade no trato da coisa pública na área da educação.

A questão dos Fundos que o Governo Lerner tem criado. Ele criou inúmeros Fundos, que arrecadam recursos, que não são aplicados e nem tampouco é dada a prestação de contas deles.

Reporto-me aqui a oito Fundos em que não há prestação de contas, pelo menos há três anos, e a sua receita é bastante volumosa. Vou apenas falar aqui do Desenvolvimento Urbano, o FDU. Recebeu repasses e

valores durante o exercício de 1997 de noventa e cinco milhões de reais;

Em 1998, recebeu cento e quarenta e seis milhões, oito mil reais; em 1999, recebeu cento e nove milhões de reais. Um total de trezentos e cinquenta, oito milhões, ausente de qualquer prestação de contas junto ao Tribunal de Contas.

Senhores deputados, essa questão de Fundos, é bastante interessante. Retrato aqui que o Governo tinha como objetivo orçamentário dos Fundos na fonte, o Fundo Saúde, por exemplo, fonte 2241, conta nº 24; receita prevista no Fundo era de 380 milhões; arrecadou 332 milhões. Investiu no Fundo de Saúde, 1,18%.

Quer dizer, dos trezentos e trinta e dois milhões do Fundo de Saúde, foi aplicado para o Fundo de Saúde 1,18% apenas, não chegou a 2%. O Governo previa arrecadar nos Fundos 423 milhões e aplicou, e arrecadou 334.281.023,19. Desse dinheiro, foi repassado apenas 25.697.673,93, correspondendo a 7,69% da receita.

Então, senhor presidente, senhores deputados, nós estamos efetivamente discutindo sobre um Governo que não quer, sob hipótese alguma, a transparência, até porque não pode afirmar seus próprios valores e números; tenho até dito aqui da tribuna: gostaria muito de receber da parte do Governo, o contraditório. Quando um parlamentar ocupa a tribuna, ele automaticamente abre espaço para que o Governo contradite, para que venha desmentir, para que venha debater, para que venha discordar, só que a matemática é uma ciência exata, e os números são verdadeiros.

E não há, portanto, por parte de nenhum deputado e de nenhum membro do Governo, capaz de rebater um discurso sequer, feito por este deputado da tribuna, porque baseio-me em documentos oficiais e busco informações objetivas.

E portanto, mais uma vez lanço o desafio ao Governo do Estado, que determine, seja o Rafael Greca, seja o chefe da Casa Civil, seja o governador, qualquer um, a discordar dos trabalhos que realizamos e apresentamos à sociedade paranaense. É isso que nos deixa aborrecidos, porque não vemos por parte do Governo uma responsabilidade objetiva em contraditar, em debater, em discordar dos fatos que são irrefutáveis. E eu reafirmo aqui a V. Exa.: é possível mensurar a incompetência do Governo, mas é impossível, desculpem-me, mensurar...

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Consulto V. Exa. se deseja usar o horário da liderança do PDT.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Se me permite o nobre líder, posso continuar na tribuna, no horário do PDT, que é o nosso partido.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado Neivo Berardin, apenas um pequeno aparte.

**(Assentimento)**

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e até pela calma, com que V. Exa. se encontra hoje. Porque, ontem, eu estava na 1ª Secretaria e senti que V. Exa. se irritou, em determinado momento. E fico alegre e satisfeito de vê-lo com essa tranquilidade, fazendo esse pronunciamento.

Meus Parabéns!

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Muito obrigado, deputado Rossoni.

O seu aparte enaltece o nosso pronunciamento, sobretudo porque contribui com informações oficiais, visto que V. Exa, foi líder do governo, durante alguns anos.

Ontem eu estava nervoso, porque fiz um discurso no seguinte tema: na prestação de contas de 95 a 2000, conforme você vai revelando os números e os fatos, você, naturalmente, vai se irritando. Porque o homem público tem vocação, essa sensibilidade. Sabemos o que é representar a população do Estado.

Tenho o maior prazer de conceder um aparte ao nosso companheiro Luiz Carlos Zuk, que solicitou.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado, apenas para concluir, me veio aqui uma lembrança. Vejo que V. Exa. está fazendo um questionamento no tempo em que fui líder, de 95 para frente. Se não me falha a memória, V. Exa. era governista naquela época, e deveria ter todas as informações, como eu as tinha.

Quero dizer-lhe que eu não tenho as informações, mas V. Exa. naqueles tempos percorria o Palácio, com uma desenvoltura fora do comum.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Quero dizer a V. Exa. que eu sempre percorri o Palácio e sempre percorrerei, enquanto tiver o voto popular, porque não é da índole deste deputado percorrer o Palácio, para benefícios pessoais. É por isso, talvez, que eu tenha todos esses dados oficiais do governo, porque não me intimida o secretário da Fazenda, não me intimida este deputado na Oposição, de ter acesso à Secretaria da Fazenda, não intimida este deputado de ter acesso ao Palácio Iguaçu, porque o Palácio Iguaçu e o Governo não é do governante eleito de plantão, é de todos nós que recebemos o povo, a obrigação de fazer leis e fiscalizar, em primeiro lugar, a aplicação dos recursos públicos.

A Assembléia aprovou o orçamento do Estado, para o ano que vem. É de nossa responsabilidade acompanhar a aplicação dos recursos. É de nossa responsabilidade acompanhar o trabalho dos técnicos do Tribunal de Contas. É de nossa responsabilidade, porque o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar dos deputados.

Agora, V. Exa. diz que em 95, trilhávamos o mesmo caminho. Evidentemente que quando o governante é eleito pelo voto do povo, você tem que, em pri-

meio lugar, respeitar a população, pelo menos por um período, para que ele mostre a sua vocação, o seu plano e sua ação. Aí, não podemos nos omitir da responsabilidade de fazer uma análise criteriosa, em todas as contas, em todos os objetivos traçados pelo governo, que marca história negativa.

Vejam Vs. Exas., no ano passado esta Casa aprovou um orçamento para o governo Lerner, de 12 bilhões de reais. Nos dois primeiros quadrimestres, o governo arrecadou 5,6 bilhões de reais e gastou 5,3 bilhões de reais. Logo, vamos notar que aprovamos um orçamento ao governo, que não existe. Na prática, não tem fundamento, porque ao longo de sua história se verifica, que o governo nunca arrecadou mais do que oito a nove bilhões de reais. A Assembléia aprova um orçamento de 12 bilhões de reais.

Depois, vem o secretário da Fazenda aqui, presta conta dos dois quadrimestres e explica que arrecadou cinco bilhões e seiscentos e, temos mais um quadrimestre, ele vai arrecadar no máximo 3 milhões de reais, vai criar uma receita bruta de no máximo nove milhões de reais.

Agora, é esta hora que chamo a atenção dos senhores deputados. Esta é a hora, esta é a função do parlamentar, e não me canso, embora tenha encontrado dificuldades, porque sinto que a platéia não é favorável, porque é evidente que quem apóia o Governo não quer ouvir as verdades e, quem não apóia o Governo, naturalmente está envolvido com um tema, como a Copel, por exemplo, que ouvi ontem os deputados Marcos Isfer, Cezar Silvestri e José Maria Ferreira.

É evidente que não há uma ressonância do lado da imprensa, porque o secretário, no ano de 2000 da Comunicação, gastou 67% a mais que gastou em 99, em propaganda.

Nós, deputados, aprovamos o requerimento solicitando do Governo informações do gasto de 406 milhões de reais, repassados de 4 agência de publicidade e propaganda.

Pois bem, senhores deputados, este requerimento aprovado pela Casa, não foi e não poderá ser respondido, porque parte do dinheiro foi roubado.

O Paraná gastou 2,24% da sua receita em publicidade e propaganda, enquanto São Paulo gastou 0,6% e a Bahia gastou 0,52.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Hoje, como todo o Brasil nascido nas senzalas de Alagoas, todo o Brasil reverencia o Zumbi dos Palmares, que foi o último chefe lendário do Quilombo dos Palmares, símbolo da resistência negra do nosso País, que notabilizou-se pela bravura na liderança dos escravos rebel-

des e, o mesmo vítima de uma emboscada no dia de hoje, em 1695, quando seu corpo foi mutilado, a cabeça exposta em praça pública, na cidade de Recife, quando tentava dar a esse solo pátrio a liberdade que hoje todos nós desfrutamos.

Esse ar de democracia que permite que, neste instante, nesta tribuna, coloquemos em reverência a esse iniciador do processo de liberdade que o Brasil conseguiu através de inúmeras vítimas e inúmeras lutas como se encontram neste Plenário, não só através do deputado Colombo, nem nesse que vos fala, que é o deputado Zuk, mas em todos os senhores deputados o reconhecimento de que alguma coisa deve ser feita pelo funcionalismo desta Casa, o que abrange principalmente os seus vencimentos.

Estou nesta Casa pela quarta vez, e verifico que na oportunidade desta passagem minha, neste mandato, é o momento mais crucial, que se encontra o funcionário público desta Casa, por falta realmente de um alento da Mesa Executiva dando um amparo, mesmo informando, dentro das limitações que possui, um tempo disponível para que o seu objetivo seja alcançado.

Quero referir-me às respostas que faltam.

Editorial da Folha de Londrina do Paraná quando o Governo do Estado mente mais uma vez de que é falso e leviano, afirmar que a existência de tais parcerias desvaloriza a Copel, o Governo do Estado, através dessa nota mentirosa, mais uma vez tenta enganar o povo do nosso Estado.

A nota oficial é vaga, sem consistência, parecendo mesmo que o governo não tem mais nada a dizer além do que disse. Não se questiona se houver observância de leis nacionais e estaduais para criar essas famigeradas parcerias com a Copel. Não se trata da Tradener, criada para comercializar energia que a Copel já comercializava com eficiência. Estamos questionando que muita coisa falta com relação à Copel a ser esclarecida a esse Parlamento, vontade que todos os 9 milhões de paranaenses desejam saber sobre a realidade da Copel que foi mentida até hoje.

Quero dizer que nós não concordamos com o que o governador vai autorizar no dia 1º, que é o aumento do pedágio. S. Exa., o governador, quando lá estiveram presentes as seis concessionárias com o contrato na mão, dizendo que não podiam, como não fizeram o que estava transcrito no contrato que era a duplicação de vários quilômetros pré-estabelecidos naquele acordo inicial e eles não cumpriram, ele estendeu o prazo, dando uma de "Papai Noel" para as concessionárias dos pedágios do Paraná, estabelecendo o prazo dentro do que era interesse das concessionárias. Agora, quando essas mesmas concessionárias, levando em mãos o mesmo contrato, que tiveram a benevolência da extensão do prazo para que fossem cumpridas as suas cláusulas, quando era do seu interesse e do seu trabalho, e agora, quando é um interesse financeiro para penalizar mais ainda a família paranaense, eles usam o mesmo contrato, dizendo que o

aumento está pré-estabelecido no contrato feito pelas concessionárias.

Acho que é um roubo disfarçado e acredito que S. Exa. o governador que, acreditamos, já não possui palavra, se é que ainda a possui, que dê o mesmo tratamento que deu quando pediram a extensão de prazo e agora pedem o aumento da tarifa.

Termino, acreditando na Mesa Executiva que irá atender aquele grito de liberdade dado pelo Zumbi quando, contra nós, da etnia branca, querendo libertar e dar igualdade de condição de vida nesta Nação, V. Exa. que representa a Mesa Executiva, dê a igualdade de tratamento que foi dado aos cargos de confiança ao Palácio e ao Tribunal de Justiça, dando igual condição de vencimentos ao Quadro da Assembléia Legislativa do Paraná.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente e senhores deputados.

Na mesma esteira do deputado Luiz Carlos Zuk, a exemplo do que já fiz ontem, quero também hoje voltar a falar sobre a questão do pedágio. A princípio, está marcado para amanhã às 10h00 da manhã; a Comissão de Obras desta Assembléia, da qual eu faço parte, marcou uma audiência com o secretário dos Transportes, Nelson Justus, para que se faça uma discussão a respeito da questão do pedágio, porque os jornais e toda a imprensa está questionando um novo aumento que vem aí para o pedágio.

A tarifa do pedágio no Paraná está tendo reajuste acima dos índices concedidos às classes trabalhadoras do Estado, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), de 1998 a 2001 as concessionárias obtiveram variação média no preço da cancela de 43,74%. No mesmo período o reajuste salarial entre julho de 98 a outubro de 2001 não passou de 22%.

Então, senhor presidente e senhores deputados, recebi esta semana, de um caminhoneiro que é aqui da região metropolitana, do município de Colombo e que percorre as estradas desse Brasil afora, um comparativo de valores em relação ao pedágio. E este comparativo está mais ou menos assim colocado, por exemplo: “a Ecovia, que liga Curitiba a Paranaguá, vamos supor ela tem uma quilometragem de 85km (Curitiba - Paranaguá: 85km): custa R\$5,20. No entanto São Paulo a São José, que dá também uma distância de 85km, custa R\$4,20. Portanto, 24% mais caro o trecho Curitiba-Paranaguá do que o trecho São Paulo-São José, que fica meio que na Região Metropolitana de São Paulo”.

Outro exemplo: “Curitiba a Imbituva, 160km. Nós pagamos R\$10,30. E São Paulo a Aparecida do Norte que é o mesmo trajeto, custa R\$8,70, quer dizer 18,50(%) a

mais. No trecho da Rodonorte Curitiba-Apucarana, 360km, equivale a São Paulo ao Rio de Janeiro: aqui se paga R\$18,00 e lá se paga R\$17,70. Portanto, temos aí 3% mais caro. Paranaguá-Foz do Iguaçu, um caminhão paga R\$35,70. Rio de Janeiro-São Paulo, ou então Volta Redonda R\$30,90, 15,5% mais caro”.

Outro trecho: Cascavel-Foz do Iguaçu que equivale a São Paulo-Taubaté, nós aqui pagamos R\$10,80. Lá, mesma quilometragem, 130km, R\$4,20. Portanto, 52% mais caro se paga neste trecho Cascavel-Foz do Iguaçu.

Então, senhor presidente, isso em relação a caminhões. Em relação a automóveis, por exemplo, um automóvel paga R\$17,70 no trecho da Dutra, 402km, Rio de Janeiro-São Paulo paga R\$17,70. Aqui no Paraná nós pagamos, evidentemente, num trecho deste, comparando essa quilometragem, a importância de R\$28,00.

Quer dizer, são comparativos que precisam ser analisados pela Secretaria de Transportes e que a Comissão de Obras da Assembléia pretende amanhã, se o secretário estiver em Curitiba, o deputado Edson Strapasson, que é o presidente da Comissão, está tentando ainda a confirmação desta audiência, ainda não se tem a confirmação. Mas se ela acontecer amanhã, nós queremos questionar o secretário de Transportes, quem sabe ver de perto estes contratos de concessão, que a Assembléia, por tantas e tantas vezes tentou conhecer.

Só sabemos que há um reajuste anual, só que ninguém sabe de onde partiu este valor inicial colocado aí no pedágio. De onde partiu, com base no quê? Para chegarmos hoje, volto a insistir, no exemplo Curitiba-Paranaguá, de se pagar R\$5,20 para você trafegar naquela rodovia, que ainda não tem as condições suficientes para ser na verdade uma rodovia pedagiada.

Por isso, senhor presidente, é necessário que esta Casa discuta, como já cobre ontem, que se discuta a exaustão a questão do pedágio. Virá o aumento, a partir do dia 1º, de 9 a 12%, que é o que se comenta por aí e isso, sem dúvida alguma, vai provocar, dentro da comunidade, da associação dos caminhoneiros, sindicatos, particulares, vai provocar uma reação.

Por isso, é necessário que o Governo tenha a devida sensibilidade de, neste momento, exigir também um melhor esclarecimento por parte das concessionárias, porque o povo do Paraná não pode continuar pagando, especialmente o trecho Curitiba-Paranaguá, um dos pedágios mais caros deste País.

Era só, senhor presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Grande Expediente, deputado Fernando Ribas Carli.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ao ocupar a tribuna, no Grande Expediente hoje, queria, em primeiro lugar, fazer um relato das atividades que a Comissão Permanente do Mercosul, da Assembléia

Legislativa do Estado do Paraná, teve na última semana, quando três deputados, este que usa a tribuna, José Maria Ferreira e Hermes Fonseca, membros da União de Parlamentares do Mercosul, acompanhados de parlamentares do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Minas Gerais e do Amazonas, estivemos na Venezuela, a convite da Assembléia Nacional daquele país, que demonstrou o interesse de participar da União de Parlamentares do Mercosul.

A União de Parlamentares do Mercosul que é composta por parlamentares dos países que compõem o Mercosul teve, recentemente, a adesão dos parlamentares do Chile, que continua como observador do Mercosul mas seus parlamentares já aderiram à União de Parlamentares do Mercosul. E na Venezuela, demonstrando seu interesse em participar desta união de parlamentares, convidou a UPM e nós lá estivemos durante quatro dias, quando pudemos, em diversos encontros com a classe política e empresarial da Venezuela, avaliar o potencial e o desenvolvimento daquele país.

Fomos recebidos pelo deputado Willian Lara, professor universitário e jornalista, que comanda a Assembléia Nacional. E a Venezuela vive novos momentos, tendo em vista que em dezembro do ano passado foi aprovada uma nova Constituição que extingue as Assembléias e também o Senado Federal. Era bicameral, passou a ser uni-cameral e hoje é composta por 173 parlamentares a Assembléia Nacional da Venezuela, que tem na Presidência o deputado Willian Lara, que recebeu a todos os deputados, numa demonstração de vontade política em participar da União de Parlamentares do Mercosul. Já ficou acertado que vamos constituir o grupo de amizade Brasil-Venezuela, para que, em prosseguimento, estes parlamentares da Venezuela possam fazer parte, também, da União de Parlamentares do Mercosul.

Mas, os trabalhos da comitiva brasileira que lá esteve não se restringiram apenas aos contatos políticos, às tratativas políticas. Também estivemos em contato com a classe empresarial. Estivemos em contato com o presidente da Fé de Câmaras; sua similar no Brasil seria a Federação Nacional do Comércio e da Indústria, na Venezuela. E, com ele, o Dr. Pedro Carmona, que recebeu na sua sede todos os deputados, demonstrando o interesse do empresariado, da classe produtiva da Venezuela em, participando do Mercosul, poder adquirir produtos brasileiros.

Para que os senhores tenham idéia, a Venezuela é um país que tem um PIB de 170 bilhões de dólares. É um país que tem a sua pauta de exportações quase que única, ou unicamente, de petróleo. A Venezuela é um país que participa da OPEP. É um país que tem sua economia baseada no petróleo, e importa todos os demais itens. Acaba importando, muitas vezes, produtos brasileiros que fazem um passeio até os Estados Unidos ou até algum país do Caribe e depois acaba chegando na Venezuela.

Demonstrou o Dr. Pedro Carmona o interesse neste contato. Também estivemos visitando empresários brasileiros, e aqui cito particularmente os industriais paranaenses do setor da madeira, do setor moveleiro, do setor de auto-peças; eles têm a vontade e a necessidade de fazer negócios com o Brasil.

Queria neste momento, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, ressaltar o trabalho dos deputados José Maria Ferreira, Hermes Fonseca, membros da Comissão Permanente do Mercosul nesta Casa, como também da União de Parlamentares do Mercosul, em levar o nome do nosso Estado, o nome do Paraná, levar o conhecimento do que o nosso Estado produz. E lá colocava com muita propriedade, tanto o deputado José Maria Ferreira quanto o deputado Hermes Fonseca, o pólo moveleiro, que é a cidade de Arapongas. Estivemos visitando empresários da área moveleira. E ficou acordado, senhor presidente - veja que produtiva foi a missão - que nós deveremos enviar o mais rápido possível, amostras, catálogos e preços para aqueles setores empresariais da Venezuela, que vão mostrar um show-room de produtos brasileiros.

Nós, especialmente, estamos trabalhando já no sentido de levantar todo este material para enviarmos, através do presidente da Câmara Brasil-Venezuela, o doutor Gérson Perez, toda esta documentação e toda estas amostras, para que possamos o mais rapidamente, iniciar estas negociações, que tenho certeza serão muito produtivas para o Brasil. Se nós hoje temos um parceiro no Mercosul como a Argentina, que tem suas dificuldades em função do seu câmbio fixo e que em função da sua moeda estar sobrevalorizada, tem suas dificuldades em continuar fortalecendo o Mercosul, e nem por isso vai abandonar o Mercosul, nós temos é que fortalecê-lo; por outro lado vemos a Venezuela querendo integrar este bloco de comércio, para que possamos enfrentar os blocos já existentes, como o NAFTA, como a União Européia. O PIB venezuelano é praticamente maior que o PIB argentino, para que os senhores tenham idéia. País que tem 25 milhões de habitantes, sedentos de tudo, com uma balança comercial favorável, com um produto nobre para vender, que é o petróleo, um produto que nós compramos no exterior e temos inúmeros produtos que poderemos vender àquele País.

Fica aqui registrado, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, o trabalho desenvolvido nestes dias, por membros desta Casa, membros que integram a Comissão do Mercosul e que são membros também da União de Parlamentares do Mercosul.

Eu queria também agradecer a participação dos deputados José Maria Ferreira, Hermes Fonseca. O deputado Cesar Seleme estava praticamente certo para ir, um advento de última hora e ele não pode nos acompanhar. Eu queria apresentar os meus cumprimentos aos deputados que tão bem representaram o nosso Estado e o nosso país lá no vizinho país, a Venezuela.



E, em segundo lugar, senhor presidente, eu queria, também, nesta tarde, falar a respeito de uma notícia, de um acontecimento, que eu acredito que merece a nossa admiração, o nosso aplauso. Foi a inauguração, ainda há pouco, da casa de Custódia em Londrina.

Lá estiveram o governador e deputados presentes, o deputado Moysés Leônidas lá esteve, quando da inauguração dessa antiga aspiração da cidade de Londrina, como também de todo o Norte do Estado do Paraná.

A Casa de Custódia vai desafogar as delegacias de polícia, os distritos policiais, trazendo tranquilidade à população de Londrina e de todo o Norte do Estado do Paraná, Casa de Custódia que vai receber os presos que hoje estão aguardando julgamento, não só nas delegacias, como os distritos policiais, e para que eles possam aguardar julgamento lá na Casa de Custódia e o que é importante, eles vão estar lá em excelentes instalações, em condições humanas e com a possibilidade de trabalhar.

A Casa de Custódia poderá oferecer para aqueles que para lá foram, a oportunidade de trabalhar e auferir renda para si e para a sua família.

#### **O Sr. Moysés Leônidas**

Quero agradecer-lhe, pois antecipou e colocou a inauguração da Casa de Custódia de Londrina.

Estive lá, na inauguração, e é muito importante que a gente deixe aqui registrado, porque foi uma reivindicação de muitos anos, de décadas da desativação da antiga Casa Amarela da Rua Sergipe. Um lado da cidade que desenvolveu muito e que o organismo policial estava causando um verdadeiro entrave para o desenvolvimento daquela região. E hoje, para felicidade, como município, como deputado e como advogado, porque muito tempo na vida forense, trabalhando para a realização desta obra, fizemos a inauguração do que se denominou de Casa de Custódia, porque é um projeto arrojado. É um primeiro no Brasil em que os presos vão efetivamente desempenhar o seu papel, trabalhando, e inclusive ganhando para ter uma renda para quem sabe, até, subsidiar a família que fica fora e é uma situação difícil, quando o cidadão está cumprido pena.

É uma prisão exemplar, bem construída, moderna, terceirizada. Isso é muito importante; vai haver uma maior humanização no tratamento do presidiário. A cidade de Londrina ganhou com isso.

E tive até a oportunidade de falar, quando me pronunciei, que na vida pública o homem público não gosta muito de inaugurar prisões. É melhor inaugurar escolas. É bem verdade.

O bom seria inaugurarmos escolas. Como lá em Londrina nós inauguramos uma quantidade muito grande de escolas, a menor já construída, com 1500m<sup>2</sup> de construção. Então, fiz até esse trocadilho no meu pronunciamento, dizendo que a gente estava realmente resolvendo, já que na situação de instalações da área de educação havia um trabalho muito bem feito por parte do Governo.

E queria, então, cumprimentar V. Exa., e dizer que há, por parte da população de Londrina, principalmente porque em Londrina os distritos policiais são colocados nos quatro cantos da cidade e isso tem causado um clima de instabilidade e de medo pela falta da segurança que dá. Por exemplo, Jardim Bandeirantes, que é um dos mais populosos que nós temos em Londrina, o distrito policial, que congrega em torno de 80 presos, fica do lado de uma das maiores escolas da região. Toda vez que havia rebelião, os detentos pulavam para dentro da escola, e as crianças tinham que conviver com tiroteios, com armas e tantas outras coisas que já aconteceram por lá.

É uma grande obra. E Londrina merece, até porque Londrina vai ser referência nesse projeto-piloto, que é um projeto para todo o Brasil.

Muito obrigado!

#### **O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Obrigado pelo seu aparte que engrandece o nosso pronunciamento, dando dados e características da Casa de Custódia de Londrina.

Gostaria de lembrar que tem sido uma prática do governo esta atuação no setor prisional no Estado do Paraná. Temos um exemplo na minha cidade, em Guarapuava do primeiro presídio industrial do Brasil, que hoje serve de modelo para todo o país e também para outros países que vêm para conhecer o seu funcionamento.

Quero fazer um convite a esta Casa para que pudesse conhecer o que é o presídio industrial de Guarapuava. Além de humanizar a prisão, além de disciplinar, além de trazer o ensinamento aos presos, ele profissionaliza os presos. Hoje o presídio de Guarapuava está produzindo diariamente 4 mil conjuntos estofados. A empresa que atua dentro do presídio, é uma empresa sediada no pólo de Arapongas, a Azumbrás. Ela está produzindo na sua unidade dentro do presídio industrial de Guarapuava 4 mil sofás. Com a melhor qualidade. Com controle de qualidade. Esses jogos de estofados saem do presídio dentro dos caminhões baús e são entregues na lojas para revenderem em todo o Brasil.

Um exemplo que deve ser conhecido: todo o funcionamento do presídio industrial de Guarapuava. São inúmeros presos que pedem a sua transferência para aquele presídio.

Logo teremos a inauguração do presídio industrial de Cascavel, que vai funcionar nos moldes do presídio de Guarapuava que vai instalar a sua unidade de produção na penitenciária de Cascavel. Além de lembrar o que está sendo feito no setor prisional do Estado, queríamos destacar o trabalho que está sendo feito no setor de segurança pública. Na questão da revitalização e das reformas de diversas delegacias no interior do Estado.

Um dado importante, que eu não conhecia, acredito que muitos aqui não conheciam, o atual governo, somando o seu primeiro e segundo períodos de governo, duplicou o número prisional e outras precisam ser construídas. Uma demonstração da vontade política do

governo em atacar, e enfrentar uma situação, que todos nós sabemos, é desesperadora em todo o País, que é o setor da segurança pública, o setor que mais aflige a nossa população.

Por isso, senhor presidente, queria deixar aqui cosignado os meus votos de congratulações ao Governo do Estado, ao governador Jaime Lerner, por esta coragem de enfrentar esse problema, que se arrasta há muito tempo, e que existe ainda, mas nem por isso foi esquecido e está sendo tocado; está sendo construído.

Estão sendo construídas unidades prisionais modelos; isso é importante. Não estão sendo construídos depósitos de presos, porque é muito fácil construir depósito de presos. Agora, presídios com qualidade, que realmente possam recuperar o preso; isso é importante, isso precisamos.

Os depósitos de presos já chegaram à sua exaustão e melhor, já está comprovado que não deu certo: temos a experiência do Carandiru, do Ahú; com rebeliões, com fugas.

Um dado importante: Presídio de Guarapuava, dois anos funcionando, não teve uma fuga sequer, ninguém demonstrou vontade em sair e sim, muitas pessoas querendo ir para o presídio de Guarapuava, dadas as condições. Tenho certeza, que o mesmo vai ocorrer com o Presídio Industrial de Cascavel, de Maringá e com a Casa de Custódia de Londrina.

Por isso, quero neste momento, parabenizar o governador Jaime Lerner pela sua atuação precisa, incisiva e sua vontade política em resolver ou minimizar esse problemas grave e o setor prisional em nosso País.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PL, PST, PSL, PT, PPB, PMDB, PFL, PSDB, PTB Liderança do Governo, Liderança das Oposições.

(**Todas declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Caíto Quintana, Luiz Carlos Zuk e demais deputados, devidamente apoiados, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Antes que V. Exa. conclua os projetos que solicitam apoio, vou fazer um encaminhamento neste instante à Mesa, de um decreto legislativo, que susta, com base na Constituição Estadual, as Resoluções 2617 e 2618 de 1º de novembro de 2001, da Secretaria de Estado da Educação, assinado por diversos senhores deputados, com base em material que nos foi fornecido, ainda hoje pela manhã, na Comissão de Educação aqui da Assembléia, pelo professor Romeu.

E ao mesmo instante, encaminho também à Mesa, um requerimento a V. Exa. para apreciação do Plenário, para que se destine o Horário do Grande Expediente da Sessão Plenária de amanhã, dia 21, para que o presidente da APP Sindicato possa se reportar a esta Casa, em relação a essas duas resoluções, que foram baixadas nas últimas horas, nos últimos dias, pela secretária estadual de Educação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Projeto de decreto legislativo, devidamente apoiado por diversos senhores deputados, susta, com base na Constituição Estadual, as Resoluções 2617 e 2618 de 1º de novembro de 2001, da Secretaria de Estado da Educação.

Encaminhe-se à Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 343/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que institui meia entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 151/2001, de 18/10/2001 em 1ª Discussão - Substitutivo Geral)**

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 019/2001, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros. As instituições bancárias, de financiamento e de crédito, bem como os supermercados deverão atender os consumido-

res em tempo razoável, evitando a longa espera em filas.  
**Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 019/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica determinado que as instituições bancárias, financeiras e de crédito, bem como os supermercados, deverão colocar à disposição dos seus usuários, pessoal suficiente e necessário, no setor de caixas, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

§ 1º - Entende-se atendimento em tempo razoável, como mencionado no *caput*, o prazo máximo de 20 (vinte) minutos em dias normais e de 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados.

§ 2º - Os prestadores de serviços indicados no *caput* deste artigo deverão informar aos consumidores, em cartaz fixado na sua entrada, a escala de trabalho no setor de caixas colocados à disposição.

Art. 2º - O atendimento preferencial e exclusivo dos caixas destinados aos maiores de 65 anos (sessenta e cinco) anos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência física e pessoas com crianças no colo, será realizado através de senha numérica e oferta de, no mínimo, 15 (quinze) assentos com encosto.

Art. 3º - Na prestação de serviços oriundos da celebração de convênios, não poderá haver discriminação entre clientes e não clientes, nem serem estabelecidos, nas dependências, local e horário de atendimento diversos daqueles previstos para as demais atividades.

Art. 4º - O não cumprimento desta lei sujeitará o infrator as seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;

II - multa de 1.000 (mil) unidades fiscais de referência;

III - multa de 5.000 (cinco mil) unidades fiscais de referência, até a quinta reincidência;

IV - a partir da sexta reincidência, multa de 10.000 (dez mil) unidades fiscais de referência e inclusão do infrator em cadastro público do Procon-PR, a ser elaborado especificamente para punir a infringência da presente lei e divulgar, por todos os meios disponíveis, o descumprimento repetido da legislação.

§ 1º - Os estabelecimentos compreendidos nesta lei só sairão do "cadastro negro" mencionado no item IV após o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas nos artigos antecedentes.

§ 2º - O Poder Executivo publicará o auto da infração, previsto no artigo anterior, no Diário Oficial do Estado, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 3º - Não será considerada infração à lei, desde que devidamente comprovado, quando a não observância do tempo de espera previsto no parágrafo 1º do artigo 1º decorrer de:

I - força maior, tais como falta de energia elétrica e problemas relativos à telefonia e transmissão de dados;

II - greve.

Art. 5º - As denúncias dos usuários dos serviços abrangidos por esta lei deverão ser encaminhadas ao Procon-PR, que é o órgão encarregado da fiscalização e da punição dos infratores.

Parágrafo Único - O Poder Executivo disponibilizará meios eficazes para o recebimento das denúncias e sua averiguação e controle.

Art. 6º - As instituições bancárias, de financiamento e de crédito, bem como os supermercados, terão o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação dessa lei, para adaptarem-se às suas disposições.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31.10.2001.

(a) ALGACI TULIO  
Presidente e Relator

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 143/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Candói, imóvel que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2001, de 24/04/2001)**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 228/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que dispõe sobre a criação do Programa Parceiro da Escola, a ser implantado no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04.06.2001)**

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 312/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Sengés o imóvel que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06.08.2001)**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que decreta o dia 02 de junho, Dia Estadual da Etnia Italiana. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Projeto Social Ágape, com sede e foro no município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/2001, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Fundação Compubrás, com sede e foro no município de Santa Terezinha de Itaipu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda: **Aprovada.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Prudentópolis, com sede e foro no município de Prudentópolis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Mulheres Saltinho, do Conjunto Tito Carneiro Leal, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Moreira Sales, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 555/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Parolin, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/2001, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor, com sede no município de Loanda e a Fundação Faculdades Luiz Meneghel, do município de Bandeirantes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

#### SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 564/2001

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor, com sede no município de Loanda, a Fundação Faculdades Luiz Meneghel, com sede no município de Bandeirantes e a Escola Superior de Ciências Agrárias - Esca, vinculada à Fundação Educacional de Guarapuava - FEG, no município de Guarapuava.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, também a integrar a Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor e a Fundação Faculdades Luiz Meneghel na Universidade Estadual do Paraná - Unespar, criada pela Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, integrando ainda, a Escola Superior de Ciências Agrárias - Esca a Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro, com sede em Guarapuava.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoioamento:

Tony Garcia, Marcos Isfer, Renato Gaúcho, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk e Algaci Tulio.

Está em discussão o projeto.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para discutir**)

Senhor presidente, respeitando os deputados Hermas Brandão e Luiz Accorsi, que no mérito, trabalham pela região e não há dúvida, a estadualização de uma faculdade intermunicipal é de extrema importância, mas nós precisamos, antes de pensar em fazer estadualização de qualquer instituição no Paraná, ou mesmo ampliação de 3º grau, precisamos ver os recursos, de onde os arrancaremos para poder fazer face às despesas.

Hoje, o que observamos, é que o 3º grau, o próprio Governo, vem a dizer constantemente, que está a engolir uma fatia representativa das receitas do Estado, que existe há mais de 60 dias, o 3º grau paralisado, em função de reclamações e reivindicações de melhorias salariais e condições de funcionamento. E esta Casa está a criar novas faculdades, a criar novos centros administrativos, novos *campus* e então, não está se estabelecendo uma assimetria entre a realidade das finanças do Estado do Paraná com a própria condição de pagamento dessas despesas.

Portanto, todos os projetos que vierem a implementar no 3º grau, este deputado vai votar, salvo melhor juízo em alguns deles.

Portanto, quero solicitar-lhe que registre o meu voto contrário desde já, ao Projeto nº 564/2001.

E solicito a V. Exa. fiz subscrição de um requerimento, em relação ao item 15.

Para eu não usar novamente a palavra, solicitaria a deferência de V. Exa. no sentido de encaminharmos já esta questão, o item 15, Projeto 02/2001, de autoria do Executivo, através da Mensagem 03, que institui o sistema de assistência e saúde aos servidores públicos, ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública no Estado do Paraná, aos policiais militares do Estado ativos, da reserva remunerada e reformados e seus dependentes. Aqui não consta nem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e ele figura em regime de urgência. Não existe, não consta aqui o parecer da Comissão de Educação que, evidentemente, deveria estar anexado, como também não está aqui o parecer da Comissão de Finanças.

Solicito, portanto, a V. Exa., a retirada desse projeto; deixe submetido ao Plenário por cinco Sessões para que, inclusive, tenhamos condições de discuti-lo melhor. É um projeto extenso, o que me traz profundas mudanças com relação ao nosso servidor, ao nosso funcionalismo público, e caso não seja acolhida esta solicitação, a Bancada de Oposição usará do recurso de se evadir.

Obrigado!

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para discutir, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Só quero uma informação: quando o projeto está em 2ª discussão e é apresentada uma emenda, cabe discussão do projeto ou ele vai direto às Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Cabe a discussão.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Quero só deixar registrado o meu voto favorável a esse Projeto, até porque eu já havia apresentado uma Emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias, prevendo essas estadualizações e não especificamente a estadualização que eu defendo, que é a que prevê a passagem para o domínio do Estado da Escola Superior de Ciências Agrárias de Guarapuava. Essa escola é municipal, e abriga os cursos de Agronomia e Veterinária.

Então, estou apresentando uma Emenda substitutiva incluindo junto a essas duas Entidades de Ensino Superior também essa escola sediada em Guarapuava.

Por isso quero deixar aqui registrado o meu voto favorável e, logicamente, pedindo aos demais pares para que votem junto conosco.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

**Encerrada a Discussão e o projeto retorna à CCJ.**

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Colorado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP e CDH. **Aprovado.(Publ. no DA nº 103/2000, de 15.08.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 262/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Colorado.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 262/2000

P A R E C E R :

##### Relatório

De autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Colorado.

##### Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a medida proposta tem por finalidade coibir a violência contra a mulher naquele município.

##### Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

TIAGO DE AMORIM NOVAES - Relator

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 262/2000

P A R E C E R :

De autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, o presente plano de lei objetiva autorizar o Poder Execu-

tivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Colorado.

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Direitos Humanos entende que a instalação dessa delegacia especializada, com pessoal especializado nesses casos, em muito contribuirá para a solução deste grave problema que o município de Colorado está enfrentando.

Dada a relevância da matéria, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente

CUSTÓDIO DA SILVA - Relator

## ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/2001, que institui o Sistema de Assistência à Saúde aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da administração pública do Estado do Paraná, bem como aos policiais militares do Estado; ativos, da reserva remunerada e reformados e seus dependentes. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 002/2001, de 19.02.2001).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 02/2001

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 02/2001, com origem na Mensagem Governamental 03/2001, pretende instituir “o Sistema de Assistência de Saúde dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública do Estado do Paraná, bem como dos Policiais Militares do Estado; ativos, da reserva remunerada e reformados e seus dependentes” e respectiva contribuição.

Na justificativa da mensagem afirma-se tratar de importante medida que “adota soluções para o melhor atendimento ao funcionalismo, em termos de previdência e assistência, utilizando para tal, eficientes modelos legais e financeiros” pois com “a evolução demográfica e a crescente expectativa de vida do cidadão, o Estado não pode continuar a manter sozinho, indefinidamente, a seguridade social dos seus servidores, incluindo o sistema de assistência à saúde”.

Acrescenta-se, ainda, na justificativa que a proposta resulta de trabalho conjunto das Secretarias da Administração, da extinta Secretaria da Previdência e das Secretarias da Fazenda e do Planejamento.

A proposta guarda perfeita consonância com o sistema jurídico nacional, inclusive quanto à cobrança de percentual dos citados servidores pois o artigo 149 da Constituição Federal prescreve, em seu parágrafo único, que “os Estados, o Distrito Federal e os municípios pode-

rão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social”.

E o artigo 24, XII da Constituição Federal atribui competência aos Estados e ao Distrito Federal para “legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde” mandamento este reproduzido no artigo 13, XII da Constituição Estadual.

Por tais razões esta comissão é de parecer favorável à tramitação do projeto.

Sala das Comissões, em 08.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Será procedida a verificação de votação. Solicito aos senhores deputados que tomem seus assentos para que possamos proceder à verificação de votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI

É a votação do requerimento pedindo o adiamento por cinco Sessões?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado José Maria Ferreira pede a retirada do projeto constante no item nº 15 da presente Sessão, por cinco Sessões.

Os deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Um deputado aprova.

Os deputados que rejeitam o requerimento queriam levantar-se.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós estamos procedendo à verificação de votação.

Vinte e três senhores deputados rejeitam. Não há quórum para deliberar, apenas para continuidade da Sessão.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Questão de ordem levantada pelo deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente, que a Casa, a imprensa e aqueles que estão aqui acompanhando a Sessão, entendam a posição da Oposição e do Bloco Independente.

Ninguém aqui é contra esse plano que visa analisar e verificar a questão do Fundo de Previdência. Agora, o que não pode é a Casa, e eu quero chamar aqui a atenção da Comissão de Saúde, foi ela que durante todo esse tempo discutiu, inclusive discutiu com o próprio secretário da Administração sobre a feitura do projeto, a análise do projeto. No entanto, por incrível que pareça aqui, senhor presidente, é da Comissão de Saúde que não tem o parecer aqui. Como é que podemos começar a discutir um projeto se o parecer da principal Comissão que discutiu, analisou o projeto não está aqui, que fez inúmeras reuniões e o próprio secretário esteve aqui na Casa, há questão de 10 dias atrás? Quer dizer, que não pareça à imprensa, ao povo do Paraná e ao servidor público que a Oposição e o Bloco Independente não querem a aprovação. Nós queremos, sim, mas dentro do critério legal, para que possamos votar aqui em plenário.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Questão de Ordem)**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

Tem muita razão a colocação do deputado Algaci Tulio, quando ele levanta a tese que não existe o parecer da Comissão de Saúde; realmente não existe.

Agora, eu queria esclarecer aos nobres deputados que em um acordo, nós convençcionamos, a Comissão de Saúde, presidida pelo ilustre deputado Luiz Accorsi, de votarmos hoje a constitucionalidade e abre-se o prazo para emendas. E a Comissão de Saúde vai entrar com uma Emenda Substitutiva, e que todos os senhores terão conhecimento dela.

Então, essa é a garantia que eu quero dar aos senhores: a Comissão de Saúde em nenhum momento vai ficar à margem do processo. Na verdade, todo o trabalho que nós desenvolvemos durante todo esse tempo foi no sentido de elaborarmos um substitutivo que atenda todas as partes envolvidas nessa questão, ou seja, principalmente aos funcionários públicos do nosso Estado.

E também nós queremos um plano que atenda os prestadores de serviços, porque o plano só será bom se atender as duas partes para que os funcionários públicos tenham um bom atendimento.

Então, nós vamos apresentar pela Comissão de Saúde uma emenda Substitutiva ao projeto de lei do Plano de Saúde encaminhado pelo Executivo.

Muito obrigado.

**O SR. DURVAL AMARAL (Questão de Ordem)**

Senhor presidente, com base no Parágrafo 2º, do Artigo 91, do Regimento Interno, não havia quórum para prosseguimento da Sessão, isso é regimental, está no Artigo 91. Portanto, eu requeiro a V. Exa. que coloque imediatamente em votação o item que estava em processo

de votação, o item 15 da pauta, exatamente neste momento, antes que os deputados se retirem novamente.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Questão de Ordem)**

Senhor presidente, é preciso entender o que disse o deputado Fernando Ribas Carli, que vai se reservar o direito de apresentar um parecer, um substitutivo geral. Por que foi dito isso? Por que a Comissão de Saúde se ausentou do seu dever, que é de dar um parecer no trâmite normal num projeto de lei apresentado na Casa?

Por que acreditava o deputado Fernando Ribas Carli e o líder do Governo, talvez, que eles teriam, o Governo teria a maioria e que votaria em 1ª, 2ª e 3ª e faria assim como entendesse, sem assumir as devidas responsabilidades? E é aí que me causa estranheza.

Agora, o que me chama a atenção é V. Exa. com essa atitude, porque agora que nós temos que analisar com mais profundidade, porque a Comissão de Saúde é a responsável para discutir com mais profundidade esse assunto, visto que lá é composta, a sua grande maioria, por médicos, visto que o presidente da Comissão de Saúde é também um médico, e também o deputado Fernando Ribas Carli que é formado também em farmácia, era um setor que estava mais interessado e a fim para discutir a matéria, só que a Comissão se omite de dar o parecer dentro de um trâmite normal que V. Exa. não deveria acatar e nem colocar na Ordem do Dia, como parecer da Comissão de Saúde - essa que é a verdade. Para o projeto estar na Ordem do Dia tinha que ter o parecer a favor ou contra da Comissão de Saúde.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, V. Exa. já havia anunciado que não havia quórum, para continuar a Sessão. Portanto, a Questão de Ordem do deputado Durval Amaral não procede. Gostaria que V. Exa. reavaliasse a sua posição, porque não havia quórum. E não havendo quórum não tem como V. Exa. colocar em deliberação, uma vez que V. Exa. havia anunciado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Deputado Nereu Moura, no momento da votação do requerimento foi solicitada a verificação de votação. E a Presidência fez a verificação, constatando-se número não legal, para continuar a Sessão, para a votação.

Logo após essa votação, os deputados retornaram ao plenário. Com o seu retorno, conforme o artigo 91, parágrafo 2º poderá se dar. Constatando-se, neste momento, o esvaziamento do plenário, logicamente não teremos votação.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Chamada nominal, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Chamada nominal requerida pelo deputado Durval Amaral.

Antes, porém, pela ordem, concedo a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, parece-me que V. Exa. incide em uma interpretação equivocada.

V. Exa. como já foi dito, declarou: não há número para deliberação. Parece-me que as coisas param por aí. Essa Sessão, com o pronunciamento que V. Exa. fez, não pode deliberar mais sobre matéria nenhuma. Essa é a interpretação que nós temos. Eu gostaria que V. Exa. caminhasse nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Deputado Waldyr Pugliesi, vamos ler para V. Exa. o que diz o artigo 91, parágrafo 2º: “Não havendo número legal para votação, o presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida. Mas logo que houver número legal para deliberar, o presidente convidará o deputado que estiver com a palavra, a interromper o seu discurso, para se proceder a votação. “Procedemos à verificação de votação. Não tinha os 28 deputados presentes, para a votação. Porém tinha número legal para dar continuidade à Sessão. Qual é o número legal? Dezoito deputados.

Anunciamos esse procedimento que é regimental. Logo após o nosso anunciado, retornaram os deputados para o plenário. Nós iríamos anunciar. Antes de pôr em votação o item 15, o deputado Durval Amaral pediu a chamada nominal dos deputados, para constatar se há número legal. E assim a Presidência vai exigir.

Se houver número legal, 28 deputados presentes com a chamada nominal, aí haverá votação. Se não tiver 28 deputados presentes, após a chamada nominal não vamos colocar em votação o item 15.

Convido o Sr. 1º secretário, para que proceda à chamada nominal.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)  
(Procede à chamada nominal)**

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vinte senhores deputados presentes.

**Não há quórum para deliberar, apenas para o prosseguimento da Sessão.**

Quero registrar a presença do deputado Erondy Silvério, ex-presidente da Assembléia que está nos visitando.

Deputado Erondy Silvério seja bem-vindo.

Pela ordem, deputado Kielse.

**O SR. KIELSE (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar a presença do presidente da Alcoopar do Paraná e do nosso diretor Paulo Zanetti, que estão no plenário e que direta e indiretamente, hoje empregam mais de 100 mil pessoas no nosso Estado.

É um prazer tê-los aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Da mesma forma registramos a presença dos vereadores Silvio Franco do PDT, Genivaldo Góes e Anilson Felinto Ferreira, de IV Centenário, bem como o secretário da Câmara Municipal, José Carlos. Sejam todos bem-vindos.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)**

Para reforçar, nós da Oposição, do chamado Bloco de Independência, queremos votar a matéria, inclusive entrei em contato com o líder do Governo para que adiássemos essa votação até a próxima terça-feira, porque estamos recebendo solicitações no sentido de melhor aprofundarmos nessa última hora que nos resta, alguns detalhes dessa matéria.

O líder do Governo na primeira hora, até aqui, ficou em relação à nossa proposta, mas alguns deputados, com todo o direito que têm, da sua Base, não concordam.

Então que fique registrado aqui, que nós regimentalmente, com aquilo que nos faculta a lei, estamos neste momento deixando de votar a matéria para que possamos nos aprofundar e chegarmos a uma melhor solução em relação ao assunto.

Espero que V. Exa. com a volta de alguns deputados não vá proceder de maneira indefinida na verificação da presença.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Se eles voltarem e tiver quórum alguém pode solicitar a verificação.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3906 e 3907, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3913, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3918 de autoria do senhor deputado Elio Rusch constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3922 de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3938, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3939, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte



**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 262/ 2000, e 494/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 002, 042, 043, 185, 199/2001, 361/2000, 044, 046, 074, 259, 352, 471, 493, 498, 521, 565, 287 e 477/2001.

Levanta-se a Sessão.